

OS SOCIALISMOS PERANTE O SÉCULO XXI*

JUAN CARLOS PORTANTIERO**

Há pouco mais de cem anos, o socialismo atingia sua maioridade, em escala mundial, com a fundação da Segunda Internacional. Tratava-se sobretudo da consagração do marxismo, como teoria fundadora da grande maioria das doutrinas e dos programas com que os socialismos irrompiam na política, consagração especialmente avalizada pelo impulso envolvente da jovem social democracia alemã. O entusiasmo então reinante faria o velho Engels profetizar, num texto do ano de sua morte - a "Introdução" à *Luta de classes na França* -, um iminente ciclo de mudanças em toda a Europa, como revanche à derrota - "a sangria", disse enfaticamente Engels - da Comuna de Paris, em 1871.

Simultaneamente, nesse mesmo fim do século XIX, o capitalismo passava por uma mudança. A crise econômica de 1873 haveria de indicar, não uma "derrocada do sistema", como se pensou, mas uma profunda transformação. Tal transformação, nas palavras do clássico livro de Karl Polanyi, marcava o fim da época do "mercado auto-regulado", da etapa clássica do capitalismo liberal. O ponto foi definido por alguns como o advento do "capitalismo organizado" (Hilferding) ou "capitalismo monopolista" (Bukarin e Lenin) e em ambas as caracterizações concordava-se que essa passagem era a "ante-sala do socialismo".

Na verdade, o que aconteceria a partir de então, marcando indelevelmente todo o século XX, seria a consagração de um novo princípio de unidade em substituição ao mercado: o do Estado-nação como moderador da sociedade. Nosso século deve muito mais a Hegel do que ao universalismo liberal e socialista, através do auge do decisionismo em política e da planificação em economia, como demonstraram

os socialismos autoritários, os fascismos, os Estados de bem-estar de matriz social democrata ou social cristão, os populismos e os desenvolvimentismos. Todavia, além de uma matriz comum, os grandes conflitos de nossa época - que incluem uma longuíssima guerra, que eclode em 1914 e parece terminar nestes dias - supuseram o enfrentamento entre unidades estatais e forças sociais que dirimiam a mundialização da história. Os eventos posteriores a 1989 dão a imagem de que esse ciclo terminou; que o confronto conheceu nítidos vencidos e vencedores; que, numa frase que fez fortuna, enveredamos pelo "fim da história". Em poucas palavras: o socialismo, que surgia no alvorecer do século como a grande esperança da humanidade, foi derrotado pelo capitalismo, com um discurso que retoma os velhos temas do liberalismo, questionados e até dados como mortos, a partir da grande crise do final do século XIX.

Certamente a história do socialismo não pode ser encerrada de maneira tão unilateral. A ruptura entre os que predicavam o caminho das reformas e os que postulavam a via insurrecional condensou-se em dois caminhos irreconciliáveis, sobretudo a partir do triunfo da Revolução Russa e sua posterior expansão, depois do segundo pós-guerra, na Europa Oriental (em quase todos os casos de maneira napoleônica) e no Terceiro Mundo. O choque entre a Segunda e a Terceira Internacional (o "Cominform", depois de 1945) foi particularmente dramático por ocasião da Guerra Fria, dando lugar a uma fratura histórica irreversível. A discussão, ainda que comportasse múltiplas arestas, parecia centrar-se no dilema totalitarismo *versus* democracia. O colapso dos regimes comunistas da

* Traduzido por Tânia Pellegrini de *Leviatán* (Madrid, n. 62, 1995).

** Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, editor da revista *La Ciudad Futura*, publicou, entre outros, os livros: *Los usos de Gramsci (Cuadernos Pasado y Presente)*, México, 1977) e *Estudios sobre los orígenes del peronismo* (Buenos Aires, Siglo XXI, 1971) em co-autoria e colaborou com a *História do Marxismo* (org. por Éric J. Hobsbawm).

União Soviética e Europa Oriental, inesperado sobretudo pela forma, dir-se-ia pacífica, com que se produziu, forneceu uma primeira resposta à contradição colocada pelo leninismo à social-democracia, desde os tempos de Kautsky e Bernstein. Na verdade, porém, o problema é mais complexo.

Ainda que não caibam dúvidas de que o fracasso das experiências do socialismo autoritário, com sistema de partido único e economias totalmente estatizadas, foi espetacular, o espectro do questionamento atual é mais amplo e assim deve ser reconhecido. Não só a experiência social-democrata não conseguiu, durante um século, mudar a raiz do capitalismo - um velho tema de crítica por parte do comunismo - como também seu próprio consenso, nas sociedades que adotaram essa via, hoje está esvaziado, motivo pelo qual sua capacidade de se diferenciar dos modelos neoliberais diminuiu. A crise é, então, múltipla e não remete apenas à esfera política, mas também às bases teóricas sobre as quais, com seus prós e contras, assentou-se. Já antes da falência dos comunismos e dos "impasses" social-democratas, a vigência do marxismo como referente teórico - exclusivo e principal - das práticas de transformação começava a engendrar dúvidas. Desse modo, todo um mundo de representações ideológicas e políticas pode ter encontrado seus limites.

Evidentemente, tanto a queda do sistema comunista quanto a crise do Estado de bem-estar, nas democracias prósperas do Ocidente e nos desenvolvimentismos nacionais-populares das zonas periféricas, integram um quadro de época. O mesmo acontece com a pretensão de encontrar um mito unificador - mesmo que se apresente como "científico" - que confira à história um sentido predeterminado. A discussão, hoje, não é se os socialismos e sua principal base teórica estão em crise, pois isso é evidente, mas se tal crise carrega a própria idéia de socialismo como um horizonte político que pode inspirar a organização da ação coletiva. Quero adiantar, para fundamentá-la em seguida, minha resposta negativa à questão.

Creio que essa crise de fim de século é uma crise de época, civilizadora, que prolonga uma grande transformação dos espaços produtivos, científico-tecnológicos e geopolíticos, assim como a relação humana com a natureza, além dos hábitos morais e das

relações sociais quotidianas. E tudo isso sem que se possa imaginar um resultado pré-fixado; se não, em todo caso, aberto aos caminhos da vontade. No momento, e em escala mundial, a crise mostrou a capacidade de iniciativa do discurso neoliberal do capitalismo, até transformá-lo em hegemônico. O capitalismo de fim-de-século finalmente mundializou a economia, organizando os espaços geopolíticos e aproveitando melhor - contra muitas previsões oriundas do marxismo clássico - as transformações científico-tecnológicas. Assim, o modelo privatizador do mercado não tem à vista rivais de envergadura.

Tal modelo, além de um programa econômico ou político, implica sobretudo um projeto moral e cultural. Vivemos uma ofensiva excludente e exclusiva de uma forma de organização econômica - a economia de mercado - e de uma forma de organização da legitimidade - democracia representativa; mas também a primazia de um mundo de valores caracterizado pela expropriação do espaço público e a privatização da vida. O mercado transforma-se num dispositivo moral e cultural que confere valor ou desvalor às pessoas, enquanto as elites dos partidos organizam, cada vez mais à margem dos cidadãos, a representação política, e o mundo "massmediático" cria a ilusão de pertencimento a uma comunidade para indivíduos cada vez mais isolados entre si, mais fragmentados, mais separados de qualquer projeto coletivo, enfim, mais despidos de solidariedade.

Esse é o mapa ético e social predominante em nossos dias. As sociedades periféricas que participam dessa economia e dessa cultura globalizada, vivem o impacto do fim do século de um modo ainda mais doloroso, pois nem sequer puderam colocar suas maiorias dentro de um sistema garantido de consumos mínimos. A exclusão, a marginalização, a dualização ali penetram mais fundo no tecido social, colocando grandes contingentes humanos em zonas cada vez mais distantes de qualquer estatuto de cidadania político, social ou cultural.

No caso da América Latina, típica zona de fronteira com o mundo central enquanto região, ainda que sempre de forma subordinada, desde suas origens participou da história do Ocidente; a nova relação com o ciclo do capitalismo mundial serviu apenas para

acentuar seus traços predatórios. Na grande etapa de expansão do sistema, em escala mundial - entre o pós-guerra e os anos sessenta -, a instalação dos populismos e dos desenvolvimentismos os quais, com matizes, recobriram todo o continente, não conseguiu resolver os problemas estruturais para que, uma vez esgotada a etapa distributiva "fácil", pudessem potencializar um crescimento auto-sustentado, à maneira dos países centrais. Quando eclodiu a crise, a América Latina deparou-se com a verdade da falta de financiamento de seus Estados, ainda patrimonialistas, que haviam enfrentado seu processo de modernização industrial, por meio da emissão monetária e da dívida para com bancos estrangeiros. Com esse brutal *handicap*, o continente ingressou nos anos noventa, umbral dessa mudança civilizadora. Desamparadas de argumentos alternativos, com a quebra dos populismos e o efeito da crise dos socialismos, as sociedades latino-americanas parecem percorrer sua história entre ajustes selvagens que desmantelam seus Estados e não lhes garantem um lugar na nova ordem em construção.

O impacto, neste final de época, de um modelo de acumulação que evidentemente já estava esgotado, coincide com uma modificação do quadro político continental, no qual se revaloriza a democracia representativa e se supera - ainda que sempre ressurgam densas nuvens de tempestade no horizonte - o tempo do autoritarismo militar, pelo menos o sustentado pelos velhos temas de "guerra fria". Isto é, bombardeadas pela ideologia e a prática de políticas de choque, as sociedades latino-americanas, que não podem ressuscitar os modelos populistas e nacional-desenvolvimentistas dos anos cinquenta e sessenta, deveriam assumir a difícil tarefa de coordenar a construção da democracia, a reconversão da economia e reformulação de um padrão de crescimento introvertido, centrado, até há pouco tempo, nos Estados-nação. Nisso os nossos desafios não se diferenciam, no essencial, dos que vivem outras sociedades periféricas, em especial as do Leste europeu. A combinação ideal entre participação, eficiência, autonomia e equidade não parece fácil de conseguir na prática: mais ainda, não é impensável um final de caos e desagregação. Estamos longe de ter uma receita em que se possa crer e é esse, precisamente, um dos traços da crise, se levarmos em conta uma proposição gramsciana a respeito de que

esta se define por uma tensão entre o velho, que morre, e o novo, que não pode nascer.

Por enquanto sabemos algumas coisas. Por exemplo, hoje existem algumas restrições que ontem fizeram parte do sentido comum de nossas esquerdas: as estratégias centradas no Estado-nação e as condições nacional-populares, que caracterizaram os modelos de desenvolvimento e de hegemonia anteriores, acham-se profundamente questionadas. E, nessa reconstrução da ordem mundial capitalista, perdem efetividade as tentativas de pensar o mundo a partir de cada um dos nossos Estados, adquirindo relevância um olhar inverso: a partir do mundo para cada um de nós. Não me deterei nisso, que me parece evidente, dados os processos de globalização que estamos vivendo em todos os níveis.

Volto agora a uma questão cuja resposta ficou pendente: o colapso do comunismo abarca também a idéia socialista? Partimos da convicção de que, mais além dos tropeços eleitorais, as experiências de quase um século de social democracia e de suas políticas de reformas voltadas para a articulação de três valores centrais da modernidade, crescimento econômico, participação civil e solidariedade social, fazem parte do maior laboratório de transformação das sociedades contemporâneas. Esse é um dado duro, que revaloriza, como ponto de partida histórico, a virtualidade de um projeto socialista, ainda que, com certeza, não negue a necessidade - eu diria imprescindível - de uma refundação, avalizada tanto pelo rigor dos sucessos políticos e econômicos, quanto pelas dificuldades teóricas do marxismo, sua mais importante matriz ideológica.

Trata-se de estabelecer, como disse Bobbio "as novas fronteiras da esquerda", que ele define como uma "esquerda dos direitos". Michel Rocard, por sua vez, tentou um esboço das "idéias-força" atuais do socialismo: liberdade, democracia pluralista, auto-governo e descentralização, controle e domínio das tecnologias, solidariedade, supremacia da lei e resolução dos conflitos através das negociações e não da força. Caberia acrescentar, nesta lista indicativa, um valor que poderia sintetizar o projeto socialista: a reivindicação do espírito público e da sociedade civil, frente ao interesse estatal e ao interesse privado. Voltarei a este ponto.

Para Eric Hobsbawm, a justificação do socialismo, além do fato de que seus argumentos deverão modificar-se a partir de uma experiência que já incluiu seus próprios fracassos históricos, reside no fato de que o capitalismo continua gerando contradições que sua própria lógica de mercado não pode resolver. O historiador inglês destaca três conseqüências do desenvolvimento capitalista, cuja resolução deveria integrar a agenda do socialismo do século XXI: a ecologia, a crescente distância entre norte e sul e o vazio ético, derivado de um individualismo extremo, que decompõe as relações entre os seres humanos.

Estas três opiniões, às quais se poderiam juntar muitas outras, surgidas do debate contemporâneo, evidentemente não fornecem receitas práticas, mas afirmam-se em alguns fortes postulados. Um deles é que, mesmo tendo o socialismo exasperado o planejamento centralizador e negado totalmente o mercado, resultou num fracasso; mas seu oposto neoliberal, para o qual o mercado é o organizador econômico e moral da sociedade, não garante o êxito em termos de valores humanos. Outro é que o pluralismo, como respaldo para o exercício de velhos e novos direitos, não tem apenas um valor instrumental, mas substantivo, e, se a democracia representativa é insuficiente em matéria de participação, ao mesmo tempo é imprescindível como instrumento para a evolução de uma comunidade política, em sociedades complexas. Por fim, que a luta contra as iniquidades de todo tipo, de classe, de gênero ou de idade, e pela equiparação das oportunidades de partida continua tão vigente como sempre, em sua condição de requisito para uma ação coletivo. Assim, uma fórmula que defina o socialismo como a tensão para o alcance da igualdade máxima continua sendo, dentro de sua simplicidade, um pressuposto válido como guia para a elaboração de uma agenda de trabalho.

Insisto em que não estamos em presença de uma fórmula prática, mas de um ponto de vista moral, a partir do qual ordenar as alternativas desejáveis (e possíveis) para a produção de uma ordem. Ideologicamente, estamos ainda vivendo uma travessia no deserto e é bom reconhecer isso. Todavia, em meio a essa intempérie, já entrevemos algumas coisas, ainda que mais próximas da crítica que da proposição política. Como forma de organização social e

econômica, o socialismo autoritário e estadolatra fracassou e o reformismo de raiz Keynesiana encontrou seus limites. Já não existe o horizonte da velha idéia total de revolução, num um modelo ideal de sociedade que nos espera no final do caminho. Entretanto, se este já não é o tempo do Estado como organizador absoluto da sociedade, também não é o do mercado fazendo o mesmo por si. Se existe um traço destacado da atual crise civilizadora, é o da revalorização da sociedade aberta, ativa, criadora. Essa recuperação da sociedade foi o principal motor da luta atual contra os excessos da estadolatria na economia e na sociedade. Essa primazia da sociedade sobre o Estado é colocada pelo neoliberalismo a partir do privado; contudo, é possível pensá-la a partir do público, a partir da *polis*. Se toda crise profunda tem como um de seus traços a perda das certezas totalizantes - e isso ficou particularmente claro para as pretensões holísticas dos estatismos sociais - por que a alternativa, hoje vitoriosa, da democracia liberal e da economia de mercado conseguiria preencher esse vazio? Um grande liberal de hoje, Ralf Dahrendorf, chamou a atenção para os perigos de um "fundamentalismo de mercado" e o tema das contradições culturais do capitalismo esteve presente tanto no clássico texto de Daniel Bell, um pensador de direita, quanto nos documentos do atual Papa.

Imaginar a sociedade a partir do público talvez seja o nó central dos desafios para um socialismo do futuro. Hanna Arendt rastreou a origem clássica da distinção entre público e privado, desde a cidade-Estado grega, onde a esfera da *polis*, espaço do cidadão livre, da comunidade pública, está separada do *oikos*, lugar da vida doméstica, familiar, privada, onde cada um se apropria do seu. Se este se definia pela necessidade e pela desigualdade, a primeira o fazia pela liberdade e pelo reconhecimento entre iguais. A *polis*, por outro lado, era o âmbito da discussão, da argumentação, do "que pode ser visto e ouvido". No *oikos*, ao contrário, o predomínio do privado equivalia a estar desprovido, "privado" (exatamente) do plenamente humano, que só se realizava na comunidade.

Quando a modernidade burguesa redescobre os temas do mundo clássico, a cisão de atualiza como distinção entre economia e política. Surge um âmbito

"social", destinado a organizar e a apresentar as demandas da sociedade civil frente ao Estado, sob a forma de "opinião pública". A revolução democrática do século XIX, com sua irrupção das massas, fará voltar contra a própria burguesia - tal como advertira o jovem Marx - a esse predomínio da opinião pública que favorecera em suas origens: frente à emergência plebéia, o liberalismo atemorizado refugiar-se-á numa proposta elitista de representação do público. É o caminho da democracia restrita que, em nome da eficiência, impõe limites à participação; é a trilha teórica que vai desde Tocqueville até Schumpeter e culmina nas propostas sobre "governabilidade da democracia" de Huntington.

O neoliberalismo acentuará até a exasperação esse processo de privatização da vida e de expropriação do espaço público, reforçado pelo fracasso das formas autoritárias e estadólatras do socialismo. A tarefa do novo socialismo é a de impugnar, ética e politicamente, tanto a tirania do Estado quanto a do mercado, propondo uma visão da sociedade e da política na qual a dimensão do público possa ser recuperada.

Se a idéia de revolução total, não certamente de irrupção pontual do uso da violência popular frente à ditadura ou à exploração brutal (que é algo que aconteceu e sempre acontecerá), mas de mudança súbita e de raiz de um sistema de sociedade parece dirimida, como pensar um caminho de reformas avançadas que permitam articular máximos compatíveis de liberdade, de igualdade e de solidariedade? A ignorância do papel do mercado sepultou o comunismo; a sedução do mercado pode paralisar - e de fato assim aconteceu - a social democracia. Michael Waizer e Paul Ricoeur propuseram caminhos de pesquisa sobre tipos de sociedade que podem servir de ponto de partida para que a justiça e o mercado possam se reconciliar. O socialismo clássico pensou as sociedades a partir de seus modos de organização econômica e o neoliberalismo faz a mesma coisa. Assim, a oposição entre capitalismo e socialismo é vista, dicotomicamente, como repulsão entre mercado e planejamento, como eixos excludentes da produção. Mas serão os modos da produção os que definem as sociedades? Ou elas serão constituídas por vastas redes

de instituições que compõem um sistema de distribuição no qual se trocam todos os tipos de *bens*, *alguns intrinsecamente mercantis*, e outros, como por exemplo saúde, educação, identidade nacional, cidadania, que não o são? Alguns desses bens seriam passíveis de distribuição segundo as regras do mercado, enquanto outros exigiriam uma forma de distribuição diferente; o que caracterizaria o capitalismo como sistema de distribuição que tende a considerar todos os bens como mercantis, estendendo essa lógica mercantilista a toda a sociedade. Um "socialismo dos direitos", na expressão de Bobbio, seria o oposto: uma trama institucional na qual deveria caber o privado, o estatal e sobretudo o público, como organizadores das esferas particulares de distribuição dos bens.

Cabe, por fim, resumir estes argumentos num socialismo para o século XXI, argumentos esses que, como foi dito, estão muito mais próximos da crítica que da proposição, do modelo ético-político que do programa prático. E resumi-los para a realidade de um continente, a América Latina, que vive os excessos selvagens de um neoliberalismo econômico, superpostos à vigência de um conservadorismo político e cultural e que, nessas condições, deve almejar a ampliação de suas ainda frágeis democracias. O discurso tradicional, populista, desenvolvimentista ou socialista, que atribuía ao Estado um papel central como agente de troca, parece ter-se debilitado juntamente com a idéia de uma vanguarda iluminada, capaz de guiar a sociedade para um futuro preconcebido. Como instaurar um debate sobre as reformas, que possa sustentar uma nova prática política de massas? Sobre quais premissas? Como conclusão provisória, apontarei algumas hipóteses de trabalho.

1. Em primeiro lugar, a de aceitar que nossas sociedades, tal como está acontecendo no mundo, exigem uma reconversão, e esta não se resolve com voltas ao passado ou fugas para o futuro. O discurso clássico da esquerda não é uma solução para a crise, mas faz parte dela e, portanto, deve ser reformulado. Muitos valores constitutivos do mesmo, entre eles o papel do Estado como agente principal das transformações, perderam seu sentido original e não correspondem a uma época em que sociedade, por

muitos caminhos, procura aprofundar seu papel de protagonista e desconfia cada vez mais das burocracias. Envelheceu também, pelo menos da forma totalizante como era concebido, o discurso "dependentista" que enfatizava a autarquia da nação, assim como a ênfase protecionista e introvertida da cultura da industrialização, própria dos anos cinquenta e sessenta. É claro que isso não significa convalidar as receitas do neoliberalismo e do capitalismo selvagem, mas sim mostrar que a reconversão necessária supõe uma modificação das relações entre Estados e capitalismo, que torne possível dismantelar a perversa associação gerada, na América Latina, entre um Estado patrimonialista e um capitalismo prebendário, o qual privatizou rendas extraordinárias e socializou as perdas.

2. Nesse sentido, trata-se de reorientar a relação Estado-mercado de maneira oposta a que propõe tanto o neoliberalismo como o estatismo clássico, próprio do populismo e da esquerda. Frente à proposta de privatizar o Estado ou de estatizar a sociedade, seria necessário imaginar políticas que tendessem a democratizar tanto o Estado quanto a sociedade. A pesquisa sobre as formas do "público" como um lugar de organização autônoma da sociedade, auto-gestora ou cooperativa, em concorrência com outras formas de propriedade; a exploração e o estímulo à geração de espaços que possam assegurar, nos diversos âmbitos da vida coletiva, uma maior informação, participação e descentralização das decisões, permitiriam descongestionar o Estado, sem transformar as demandas sociais e os bens que as satisfazem em parte do mundo da mercadoria.

3. Entretanto, se o Estado já não pode mais ser considerado o único centro da sociedade (nem a nação o único ponto de articulação com o mundo), deve continuar sendo um organismo regulador muito forte entre as diferentes formas de organização do social, dentro de qualquer projeto de organização democrática. Um Estado regulador forte supõe a colocação em prática de políticas ativas e não um 'deixar fazer' ao mercado. A modernização e a reconversão, na qual ela pode se expressar, não é neutra, não corresponde apenas às exigências da racionalidade instrumental, mas sobretudo à racionalidade de acordo com valores. Isto implica,

para o socialismo, na criação de um novo modelo cultural, de um novo princípio de sentido para a vida coletiva, além da lógica do Estado, com o que o tema da ética pública surge como um eixo para a construção de uma nova política. Não existe modernização válida se esta se constrói sobre um custo selvagem para os mais desprotegidos. Isso supõe a introdução, no debate sobre a reforma do Estado, de temas precisos referentes a quem paga e como paga a reconversão: cabem aqui, entre outras, a questão tributária brutalmente regressiva; o peso do gasto social; o controle público sobre as políticas do mercado.

Por fim, toda proposta de um socialismo renovado deveria colocar o aprofundamento da democracia política. Não para negar a democracia representativa "formal" do Estado de direito, mas para ampliá-la. O tema de relação entre liberalismo político e democracia social - entendida como recuperação e não como negação - é central para um discurso que supere a cultura política tradicional do populismo e da esquerda.

O aprofundamento democrático requer, com certeza, reformas de tipo institucional, que aproximem a sociedade, de modo mais direto, das decisões do Estado; porém, não se trata apenas de um problema de engenharia constitucional. A desconfiança com relação às instituições arrasta consigo a política de partidos em geral e os parlamentos em particular. A decomposição econômica do velho modelo gera desagregação social, que se expressa em anomia, em privatização da vida ou em formas de violência inorgânica, as quais pode envolver desde "explosões" coletivas até a delinquência ou a droga. Nesse vazio de âmbitos públicos, a própria idéia de representação perde sentido, porque o sujeito a ser representado está desarticulado, fragmentado. A reconstrução desse ator é a condição de possibilidade de um novo discurso político de esquerda e isso recoloca o tema da qualidade da forma partido na organização de um sistema de autoridade democrático.

Parece claro que se encontra em crise a mera interpelação dos atores sociais como "cidadãos", e que existe uma rejeição ética da sociedade em relação ao "narcisismo" dos partidos, à maneira clássica de fazer política, às formas de corrupção a que se submetem, o que pode levar - e diferentes casos latino-

americanos são exemplos disso - a soluções personalistas e autoritárias, que se procuram fora do âmbito da política. Talvez este seja o mais duro desafio para um socialismo renovado: que a desagregação do sistema político não leve os setores populares a novas formas de messianismo, como lugar de recomposição de suas demandas fragmentadas.